



Países fecham as portas para a África

EUA, Canadá, União Europeia, Reino Unido e Israel impõem veto à entrada de viajantes provenientes da parte sul do continente, após a descoberta de cepa do Sars-CoV-2. Biden pede que mais nações doem vacinas contra a covid-19

» RODRIGO CRAVEIRO

Ante o perigo de propagação da nova cepa do Sars-CoV-2 (coronavírus) identificada na África do Sul, várias nações anunciaram a proibição da entrada de viajantes provenientes de países da chamada África Austral — a parte sul do continente. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu que a nova variante descoberta é “preocupante” e a nomeou como ômicron (**leia mais na página 12**). Os Estados Unidos restringiram viagens aéreas da África do Sul, Botsuana, Zimbábue, Namíbia, Lesoto, Essuatíni (ex-Suazilândia), Moçambique e Malauí.

O presidente norte-americano, Joe Biden, divulgou um comunicado no qual explicou que os vetos terão início na segunda-feira. “As notícias sobre a nova variante devem deixar mais claro do que nunca que a pandemia não acabará até que tenhamos imunizações globais. Os EUA já doaram mais vacinas a outras nações do que todos os outros países juntos. É hora de outros países se igualarem à velocidade e à generosidade da América”, declarou.

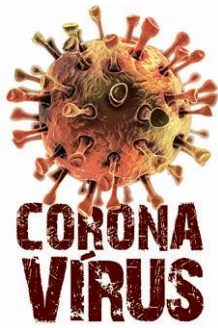
O democrata pediu aos líderes mundiais que renunciassem às proteções de propriedade intelectual para destravar a fabricação de vacinas em diferentes regiões do planeta. O Canadá também proibiu os viajantes dos mesmos países do sul da África, exceto Malauí, de ingressarem seu território.

Membros da União Europeia (UE), Áustria, França, Itália, Holanda e Malta também fecharam as portas para passageiros que tenham entrado na África do Sul e em seis países nas duas últimas semanas. O Reino Unido tomou medidas idênticas às adotadas pelos EUA. A agência de saúde do bloco advertiu que o risco de a nova cepa se espalhar pela

Christof Stache/AFP



Médicos embarcam pacientes com a covid-19 em um Airbus A310-900, em Memmingen, no sul da Alemanha: hospitais lotados



Europa é de “alto e muito alto”.

Enquanto isso, violentos protestos contra medidas de restrição social foram registrados, pela terceira noite consecutiva, na ilha francesa de Martinica, no Caribe. A Holanda anunciou que, a partir de amanhã, bares, restaurantes e comércio não essenciais serão fechados às 17h (13h

em Brasília), apesar das manifestações que sacudiram o país no último fim de semana. A Bélgica, por sua vez, confirmou o primeiro caso da ômicron na Europa.

Depois da detecção de uma infecção pela nova variante em Israel, o premiê Naftali Bennett comandou uma reunião de emergência e proclamou todas as áreas do sul e do centro da África como “bandeira vermelha” — os israelenses estão proibidos de viajar para lá, e nenhum estrangeiro terá permissão para entrar em Israel a partir dessas regiões. A variante também foi encontrada em Malauí e Hong Kong.

Joe Phaahla, ministro da Saúde da África do Sul, reagiu com indignação à proibição de entrada de sul-africanos em outros países e a classificou como “injustificável” e

“sem sentido”. “A covid-19 é uma emergência sanitária global. Nós devemos trabalhar juntos, não punir uns aos outros”, comentou. “Uma caça às bruxas não beneficia ninguém. A África do Sul quer ser um ator honesto no mundo, a fim de compartilhar informações de saúde que não sejam benéficas apenas aos sul-africanos, mas a todos os cidadãos do planeta.”

Especialistas

Para Danny Altmann, professor de imunologia do Imperial College London, a decisão de nações da União Europeia e dos Estados Unidos é “extremamente dura” em relação a países do sul da África, mas “absolutamente necessária”. “As mutações da ômicron ainda não

foram totalmente caracterizadas e não foram obviamente associadas a uma maior gravidade ou a mais mortes. No entanto, a lista de modificações no vírus é extensa, incluindo muitos locais da proteína spike (do coronavírus) que afetam tanto a transmissão quanto a evasão à resposta imunológica”, explicou ao **Correio**.

Diretor do Instituto Rosalind Franklin da Universidade de Oxford, James Naismith admite que vacinas provavelmente deem menos proteção contra a ômicron. “A proibição de viagens representaria um ganho de tempo de algumas semanas. Mas tal medida não interromperá a propagação, se a ômicron for mais infecciosa do que a delta. Nós deveríamos apoiar os países da África e outras nações emergentes com vacinas.”

Eu acho...

Fotos: Arquivo pessoal



“As restrições à entrada de cidadãos da África são absolutamente necessárias. Todos nós lamentamos o fato de que, entre abril e maio, assistimos ao início da propagação da variante delta e fizemos muito pouco e demasiado tarde. Foi como testemunhar um acidente de carro em câmera lenta. Isso nos custou uma pandemia prolongada e milhões de mortes a mais. Dessa vez, temos que aprender e dar passos rigorosos em tempo hábil.”

Danny Altmann, professor de imunologia do Imperial College London (em Londres)



“Ainda não sabemos se a cepa ômicron é mais mortífera do que as outras. Há alguma evidência de que ela se espalharia mais rapidamente, mas não é uma certeza. Essas considerações são vitais, pois uma lenta disseminação significa que a cepa morreria.”

James Naismith, diretor do Instituto Rosalind Franklin da Universidade de Oxford (Reino Unido)

Conexão diplomática



silvioqueiroz.df@gmail.com

Sinal verde na frente europeia

No ano eleitoral de 2022, não bastassem os múltiplos focos de atenção na agenda doméstica, o governo Bolsonaro pode contar desde já com uma fonte potencial de trabalho pesado na frente externa — de impacto inevitável no instável panorama econômico. O anúncio de acordo para a formação do novo governo na Alemanha traz, para a diplomacia brasileira, sinais razoavelmente claros de que o país será mais exigido nos próximos meses, muito especialmente no tema global e premente das mudanças climáticas.

O líder da social-democracia alemã, Olaf Scholz, assumirá o posto de chanceler (chefe de governo) à frente de um gabinete de coalizão com ecologistas e liberais. A aliança a três, inédita na democracia do pós-guerra, se desdobra em uma medida igualmente pioneira que dá medida

da importância atribuída à política ambiental. Robert Habeck, copresidente dos Verdes, responderá por um “superministério” para Economia e Clima.

A criação de uma pasta com poderes para conduzir a transição ao pós-carbono tem relação direta com as metas assumidas no acordo programático de coalizão — uma exigência legal incontornável no sistema político alemão. O prazo para desligar as usinas elétricas a carvão passa de 2038 para 2030. O compromisso é acelerar também a aposentadoria dos carros com motor a explosão e o predomínio (80%) das fontes renováveis na matriz energética.

Para exportação

As diretrizes traçadas para a frente doméstica serão também a linha mestra para a política externa do governo Scholz, antes

de tudo no âmbito da União Europeia. Se restasse alguma dúvida, a escolha de uma ecologista para as Relações Exteriores ratifica o lugar central conquistado pela legenda surgida dos protestos ecopacifistas dos anos 1980 na então Alemanha Ocidental. Annalena Baerbock foi a candidata dos Verdes a chanceler, na eleição de setembro, e é a outra copresidente do partido.

Foi na condição de quase-ministra que ela participou da COP26, na Escócia, no início de novembro. Durante a conferência, defendeu a adoção de uma “política ambiental mundial”. Ligada à vertente mais propriamente ecológica da legenda, Annalena ressaltou a responsabilidade das economias desenvolvidas — começando pela própria Alemanha, ao lado de EUA e China — no financiamento da transição global à economia pós-carbono. Mas não omitiu as cobranças a governos de potências emergentes, como o Brasil.

É brava

O perfil e a trajetória da nova

contraparte em Berlim estão, certamente, no radar do chanceler Carlos França, no Itamaraty. Annalena Baerbock trafegou com desenvoltura no Parlamento Europeu, nos últimos anos, em particular nos corredores da política externa. Foi nessa condição que criticou sem papas na língua, em 2019, a ausência de cláusulas ambientais vinculantes no acordo comercial fechado entre a UE e o Mercosul.

A então eurodeputada defendeu o exercício de “pressão maciça” sobre os parceiros sul-americanos para a observação estrita de parâmetros “aceitáveis” quanto a proteção ambiental e respeito aos direitos humanos. “Inclusive (pressão) sobre o senhor Bolsonaro”, fez questão de destacar. Na ocasião, relatórios de diferentes origens — inclusive o Inpe, no Brasil — apontavam recordes no desmatamento da Amazônia.

Na posição de parlamentar, a hoje futura ministra de Relações Exteriores acenou com a proibição da importação de produtos primários brasileiros, na ausência de algum tipo de certificação ambiental. O processo em curso de ratificação

do acordo UE-Mercosul colocará em teste as posições de Annalena Baerbock, no posto que passará a ocupar.

Só pra contrariar

A nomenclatura política alemã pode induzir a uma confusão entre as funções de chefe de governo e titular da diplomacia. Na imensa maioria dos países, o ministro das Relações Exteriores é chamado de “chanceler”. Na Alemanha, porém, esse título é reservado ao primeiro-ministro, como é designado nos regimes parlamentaristas.

Na origem do desencontro está a unificação do país, concluída em 1871 com a formação do I Reich (império). A função de *kaiser* (imperador) Guilherme I, quem a conduziu foi Otto von Bismarck, político oriundo da nobreza prussiana. O primeiro reichskanzler ficou conhecido como “chanceler de ferro”. Marcou época a ponto de que, passado século e meio, a Alemanha republicana e democrática de hoje tenha como chefe de governo o *bundestkanzler* (“chanceler federal”).

Pôquer nuclear

A nova titular da diplomacia alemã, com a considerável experiência que acumula para quatro décadas de vida, terá pela frente logo no início do mandato as difíceis negociações destinadas e reatar o acordo firmado entre outras cinco potências e o Irã, em 2015. O objetivo do tratado era congelar o programa nuclear do regime islâmico, em troca da garantia de abastecimento de urânio enriquecido para os reatores civis.

Desde 2019, quando Donald Trump retirou os EUA do processo, o Irã retomou progressivamente as atividades abandonadas. No saldo das idas e vindas, está hoje mais próximo de obter armas nucleares do que há seis anos. Joe Biden, sucessor de Trump, decidiu voltar à mesa, mas sofre internamente a pressão política da comunidade judaica, que faz eco à impaciência de Israel diante do risco de ver ameaçado o monopólio atômico militar que detém hoje, na prática, no Oriente Médio.